



Psicologia Ciência e Profissão
ISSN: 1414-9893
revista@pol.org.br
Conselho Federal de Psicologia
Brasil

Souza Ramos Queiroz Pessoa, Yldry; Alchieri, João Carlos
Qualidade de Vida em Agricultores Orgânicos Familiares no Interior Paraibano
Psicologia Ciência e Profissão, vol. 34, núm. 2, abril-junio, 2014, pp. 330-343
Conselho Federal de Psicologia
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282032424006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Qualidade de Vida em Agricultores Orgânicos Famíliares no Interior Paraibano

Quality of Life in Organic Family
Farmers in Rural Paraíba

Calidad de Vida Entre Agricultores
Orgánicos Familiares en el
Interior del Estado de Paraíba

**Yldry Souza Ramos
Queiroz Pessoa & João
Carlos Alchieri**

Universidade Federal do
Rio Grande do Norte

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001095012>

Artigo



Resumo: Percebe-se que o padrão produtivo na agricultura de um país determina mudanças significativas na saúde social e ambiental, refletindo-se na qualidade de vida dos agricultores. Objetivou-se caracterizar o processo de trabalho da Agricultura Orgânica Familiar (AOF) e sua relação com a qualidade de vida dos trabalhadores. A população pesquisada foi composta de 29 agricultores, com idade média de 50 anos, e a composição familiar se constituiu, em média, de 5 a 8 moradores por domicílio. O tempo médio de trabalho na agricultura é de 39 anos e na agricultura familiar orgânica é de 16 anos. Quanto à renda mensal, verificou-se que a maioria dos trabalhadores pesquisados ganha um valor muito abaixo da média de renda desses trabalhadores. Todos contavam com abastecimento de energia elétrica e de água. No total de 8 propriedades, em 5 não existia coleta de lixo sendo este queimado. Referiram-se ao aparecimento de alguns sintomas como câimbras e fadigas nas pernas. Em relação à qualidade de vida, o *domínio psicológico* contribuiu positivamente para a *qualidade de vida* com média e desvio ($17,83 \pm 12,78$) e o *domínio ambiente* contribuiu negativamente para a *qualidade de vida* desse grupo ($9,00 \pm 6,82$). Concluiu-se que os trabalhadores têm percepção positiva acerca de sua qualidade de vida e há presença significativa do trabalho coletivo no curso da ação. Os agricultores apresentam dificuldades definidas com problemas de baixa renda devido à pouca venda da produção.

Palavras-chave: Saúde ocupacional. Ambiente. Qualidade de vida. Atividade.

Abstract: It is known that the agricultural production standard of a country can determine significant changes in social and environmental health, reflecting in the life quality of farmers. The goal was to describe the work processes in organic family farming (AOF) and its relationship with the worker's life quality. Twenty-nine farmers, of an average 50 years old, formed the population researched and the average number of family members was from 5 to 8 per household. The average time working with agriculture is 39 years, and in organic family farming, 16 years. Regarding monthly income, it was found that most of the workers in the research makes much less than the average for the job. They all had power and water supply. From a total of 8 properties, 5 did not have waste collection, which caused it to be burned. A few symptoms were mentioned, such as cramps and leg pain. In respect to life quality, the *psychological aspect* had positive impact in *life quality*, with an average and deviation (17.83 ± 12.78), and the *environmental aspect* had a negative impact for the group's *life quality* (9.00 ± 6.82). It was found that the workers have a positive perception of their life quality, and collective work is significantly present in the course of action. The farmers have defined issues, with problems due to low income from reduced sales of the produce.

Keywords: Occupational health. Environment. Quality of life. Activity.

Resumen: Se nota que el estándar productivo en la agricultura de un país determina cambios significativos en la salud social y ambiental, reflejándose en la calidad de vida de los agricultores. Se ha objetivado caracterizar el proceso de trabajo de la Agricultura Orgánica Familiar (AOF) y su relación con la calidad de vida de los trabajadores. La población investigada fue conformada por 29 agricultores, con edad media de 50 años, y la composición familiar se ha constituido, en media, de 05 a 08 residentes por domicilio. El tiempo medio de trabajo en la agricultura es de 39 años, y en la agricultura familiar orgánica es de 16 años. En cuanto al ingreso mensual, se ha verificado que la mayoría de los trabajadores investigados percibe un monto muy debajo de la media de ingreso de esos trabajadores. Todos contaban con abastecimiento de energía eléctrica y de agua. En el total de 08 propiedades, en 05 no había recolección de basura, la cual era quemada. Han hecho referencia a la aparición de algunos síntomas, como calambres y fatigas en las piernas. En cuanto a la calidad de vida, el *dominio psicológico* contribuyó positivamente para la *calidad de vida* con media y desviación ($17,83 \pm 12,78$), y el *dominio ambiente* contribuyó negativamente para la *calidad de vida* de ese grupo ($9,00 \pm 6,82$). Se ha concluido que los trabajadores tienen percepción positiva acerca de su calidad de vida y hay presencia significativa del trabajo colectivo en el curso de la acción. Los agricultores presentan dificultades definidas con problemas de baja renta debido a la poca venta de la producción.

Palabras clave: Salud ocupacional. Ambiente. Calidad de vida. Actividad.

Atualmente, a Psicologia tem focado preferencialmente em analisar os fenômenos psicossociais do ambiente urbano e essa prioridade pelo urbano se faz presente na grande maioria dos estudos. Para Albuquerque (2002), embora os psicólogos

sociais perpetrem uma Psicologia aplicada ao Brasil e ao brasileiro, com seu costume, astúcias e nuances próprias, persistem em realizar uma psicologia preferencialmente urbana.

Mesmo tendo esse fluxo migratório intenso, observa-se que, no Brasil, um quarto de sua população ainda mora em regiões rurais e é significativo que essa dimensão deva ser abarcada na pauta de trabalhos e de estudos da Psicologia brasileira. Sobre essa população, poucos estudos são realizados em Psicologia, especialmente em um contexto de Psicologia positiva.

É importante considerar que o desenvolvimento econômico em um país ocorre em uma produção diferencial entre a laboriosidade do trabalho nos meios rural e urbano apropriado para conduzir amplos fluxos migratórios do campo para as cidades. De acordo com o referido modelo, a fundamental motivação à determinação de migrar do meio rural para o urbano é o diferencial entre a renda nestes dois universos. O processo migratório brasileiro foi expresso pela intensa urbanização e acentuado êxodo rural, mais especificadamente a partir da década de 1950.

No período entre 1960 e 1980, o Brasil presenciou o maior êxodo rural de sua história. Conforme Araújo e Oliveira (2010), nesta época, quase 13 milhões de indivíduos abandonaram o campo e foram em direção às cidades, o que correspondia a 33% da população rural no início do período. No decênio seguinte, a população de migrantes que deixaram o meio rural foi de aproximadamente 16 milhões, ou seja, 38% da população rural do começo do período. Esse movimento migratório ocorreu devido: à expansão da fronteira agrícola; ao modelo de urbanização; e à estratégia de modernização da agricultura.

Segundo o Censo Agropecuário 2006 - última fonte nacional oficial de informação disponível no momento sobre o meio rural - existem no Brasil 5.204 milhões

de estabelecimentos rurais. Esse número representa 85,2% dos estabelecimentos rurais de agricultura familiar (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2006) e revela que cerca de 70% dos agricultores familiares possuem a propriedade da terra onde produzem (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, (2010). Então, o que se sabe dessa população em suas características psicossociais? Por que não pesquisar essa parte da população? Por que se elege estudar os aspectos urbanos e não também os daqueles habitantes da zona rural brasileira?

No Brasil rural, as condições de vida e de trabalho constituem-se comprometedoras e quanto mais se intensifica a conjuntura do mundo globalizado, mais se predomina o agronegócio, o desgaste dos trabalhadores rurais. Todo o progresso tecnológico inserido no meio rural foi encaminhado à grande propriedade, deixando mais uma vez à margem a agricultura familiar. O trabalho no campo, sob o comando das relações capitalistas de produção, passou a ser marcado, também, pelo alargamento da jornada de trabalho, intensificação do seu ritmo, pagamento por produção, decréscimo real do valor dos salários, descumprimento de direitos trabalhistas e deterioração de sua qualidade de vida.

Na percepção de Guimarães (2000), a maior parte da população com restrição ou sem acesso às necessidades básicas e com precárias condições de renda e de trabalho vive no meio rural. Por sua vez, Riquinho (2010, p. 327) afirma que os trabalhadores rurais compreendem que a "doença extrapola seus limites biomédicos, apontando para as condições de vida, em especial o trabalho". As relações de trabalho na agricultura são complexas devido à combinação de maneiras diferentes de vínculos de trabalho. Segundo Faleiros (2010, p. 240) um mesmo trabalhador

pode ser assalariado em um período e em um lugar determinado e trabalhar ao mesmo tempo em sua terra, como pequeno proprietário, em outro período. Ele pode trabalhar sozinho ou com toda a sua família e no interior da família pode haver uma divisão interna do trabalho.

Essas mudanças trouxeram consequências decisivas aos padrões de morbidade e de mortalidade da população rural, ou seja, os agricultores operam em ambientes perigosos durante a realização das suas tarefas do dia a dia, potencialmente resultando em ferimento ou deficiência (Kinsella Mcnamara, Mcnamara, Ruane & Whelan, 2009). O que revela a vulnerabilidade às cargas de trabalho, contribuintes a desenvolverem algumas doenças ocupacionais como, por exemplo: doenças osteomusculares (Fathallah, 2010; Gemma, 2008; Nonnenmann, Anton, Gerr, Merlino & Donham, 2008), doenças de pele (Fenton, Brasier, Henning, Radhakrishna & Jayarao, 2010; Brooks, Feldman, Fleischer, Quandt & Vallejos, 2009); PAIR (Perda Auditiva Induzida pelo Ruído; Ehlers & Graydon, 2011), problemas lombares devido à postura inadequada (Fathallah, Miller & Miles, 2008), entre outras.

Para compreensão mais detalhada, as cargas de trabalho podem ser divididas em dois grupos: aquelas que têm materialidade externa ao corpo do trabalhador, as cargas físicas, químicas, biológicas e mecânicas, e as que só adquirem materialidade na corporeidade humana, ou seja, as cargas fisiológicas e psíquicas (Laurell & Noriega, 1989). As cargas físicas, como radiação não ionizante, temperatura ou umidade que ocasionam alterações nos mecanismos fisiológicos humanos, podendo ou não ser reversíveis; as cargas químicas, que consistem nas poeiras, gases, vapores entre outras; as cargas biológicas, que incluem os

micro-organismos e a animais peçonhentos; e as mecânicas decorrentes dos objetos e meios utilizados nos processos de trabalho, formam um conjunto de cargas que possuem materialidades próprias, que se manifestam objetivamente, independentemente do corpo do trabalhador e ao se interatuarem com o corpo humano, acarretam danos à saúde do trabalhador. Outro grupo de cargas engloba as cargas fisiológicas e psíquicas. Estas se subdividem nas que provocam tensão prolongada ou sobrecarga psíquica - como atenção constante, ritmo de trabalho acelerado, trabalho perigoso, supervisão constante etc. - e subcarga psíquica, que limita o uso da capacidade mental decorrente de atividades desprovidas de conteúdo, da separação entre concepção e execução do trabalho, hierarquia, ocasionando a desqualificação do trabalhador. Aquelas se expressam, em condições de trabalho que submetem o trabalhador, a esforço repetitivo, posições incômodas, postura estática etc.

Saber distinguir as consequências das cargas de trabalho sobre a saúde-doença dos trabalhadores é conhecer como elas interatuam entre si, no processo de trabalho, reforçando os efeitos sobre este grupo de trabalhadores, acarretando adoecimentos diversos. É sabido que, em todo processo de trabalho, haverá cargas de trabalho e no meio rural quanto maior for a modernização agrícola, sob a ordem do agronegócio, incentivando a agricultura convencional¹, maior é a vulnerabilidade do agricultor diante da maximização da produtividade, intensa jornada de trabalho e exploração do meio ambiente. Destaca-se que, apesar das cargas de trabalho existentes no meio rural, há experiências de práticas alternativas no campo, com características de sustentabilidade no cultivo de alimentos e preservação ambiental enaltecendo a sustentabilidade socioambiental que tenha como norte o respeito à vida e à diversidade sociocultural

1 O termo agricultura convencional aqui utilizado se refere à agricultura praticada dentro da perspectiva do Padrão Técnico Moderno (PTM).

das populações, que contribuem para a minimização de efeitos deletérios na saúde do agricultor, a exemplo, a Agricultura Orgânica Familiar (AOF).

A Agricultura Orgânica Familiar declara como pressuposto a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos trabalhadores rurais, reverenciando o ambiente físico e social onde vivem. Compreende-se que a categoria *agricultura familiar* surgiu como um novo paradigma coletivo integrador em aversão ao empresário rural produtivista, tecnicista e predador, consequentemente, opondo-se à agricultura patronal. Segundo Muller (2001, p. 198), “a agricultura de lógica familiar, por sua maior capacidade de cumprir com o papel da multifuncionalidade, tem demonstrado estar mais próxima ao ideário de uma agricultura sustentável”. Para responder a essas exigências dos consumidores, a produção é cultivada organicamente, isto é, tem como objetivo produzir alimentos com valor nutricional equilibrado e isentos de venenos cujo consumo se relaciona com a promoção da saúde humana.

No Brasil, a maior parte dos produtos orgânicos é produzida por meio da AOF e o Brasil revela-se como o país mais promissor na produção orgânica do mundo porque há 90 milhões de hectares agriculturáveis, sem mencionar as áreas de produção convencional que se encontram em transição para a agricultura orgânica (Planeta Orgânico, 2010). À luz da AOF, surge um momento de debate para a inclusão do agricultor orgânico familiar nos mercados nacional e internacional e desenvolvimento rural sustentável, aspectos que também permeiam as discussões de qualidade de vida. Todavia, a relação entre qualidade de vida e trabalho deve ser analisada com foco em aspectos sociais, econômicos, políticos, psicológicos e antropológicos.

As discussões fomentadas e a produção científica divulgada acerca dos problemas ambientais e situação da qualidade de vida do trabalhador rural da AOF ainda se encontram tímidas, mas vêm ganhando espaços no âmbito nacional, nos meios de comunicação em geral. Deve-se reconhecer que alguns pontos de vista ficaram à margem do foco central de preocupações do movimento de saúde coletiva, apesar da diversificada experiência de atuação da saúde pública brasileira nas atividades de controle de epidemias e endemias rurais (Araújo, 2000). Há uma lacuna a ser preenchida no tocante aos estudos do meio rural. Segurança e proteção individual contra o uso e aplicações de agrotóxicos, ergonomia, adestramento de animais, qualidade de vida, AOF, são temáticas que podem representar uma fonte de trabalho e de pesquisas muito útil.

Esse cenário instigou a compreender a realidade dos trabalhadores rurais que adotaram a agricultura orgânica como manejo de produção de verduras e frutas em Lagoa Seca/PB. Compreender o universo singular da atividade desses trabalhadores foi o caminho escolhido para buscar explicações sobre sua qualidade de vida e sua relação com o trabalho.

Método

Participantes

Participaram 29 agricultores orgânicos familiares das regiões Almeida, Alvinho, Lagoa de Barro, Lagoa Gravatá, Oiti e Pau Ferro da cidade de Lagoa Seca, na Paraíba (PB). Em relação ao sexo, 23 são do sexo masculino e 6 do sexo feminino. O turno de trabalho é diário, com 55% dos agricultores trabalhando de segunda-feira a sábado e 45% de segunda-feira a sexta-feira.

Instrumentos

Empregaram-se como instrumentos: Observações gerais realizadas em visitas – executou-se em todas as propriedades rurais da AOF para a definição dos locais para a realização da pesquisa; Observação sistemática do trabalho – técnicas utilizadas para obtenção de dados sobre o processo de produção (organização do trabalho, condições de trabalho, tarefas, atividades etc.) de verduras e frutas nas propriedades escolhidas; Diário de campo – as informações coletadas junto a instituições da área, o Sindicato dos Agricultores Rurais de Lagoa Seca e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater) permitiram compor o cenário da área pesquisada; O WHOQOL-100 foi escolhido por constituir um instrumento de referência mundial para avaliação de qualidade de vida. Esse instrumento serviu de respaldo para desenhar o contorno da pesquisa de campo e não foi aproveitado da mesma maneira que o instrumento original proposto, isto é, um questionário estruturado, com perguntas e respostas pré-definidas pela equipe executora do estudo. A partir do questionário elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), adequou-se para objetivo geral do estudo caracterizar o processo de trabalho da agricultura orgânica familiar e sua relação com a qualidade de vida dos trabalhadores da AOF, e como objetivos específicos: traçar o perfil socioeconômico da população estudada; descrever as condições de vida dos agricultores e identificação e caracterização das cargas de trabalho.

A partir das fotos dos trabalhadores lidando com a terra e aplicação do questionário, levantou-se as cargas de trabalho na produção de verduras e frutas. Para o estudo, foram consideradas as cargas de trabalho que os trabalhadores informaram, definiram e confirmaram.

Procedimentos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, sob CAAE - 0415.0.133.000-10 e todos os agricultores concordaram em participar da pesquisa, assinando ou reconhecendo com suas impressões datiloscópicas o consentimento desta pesquisa.

Foram realizadas visitas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca e a Emater. Com os representantes dessas instituições, foram realizadas entrevistas informativas. Os dados levantados serviram para traçar um quadro da economia e o tipo de organização dos trabalhadores rurais. Em seguida, foram realizadas oito visitas nas propriedades rurais da cidade de Lagoa Seca/PB para conhecer os tipos de produção em cada uma delas e saber se concordavam em participar da pesquisa. Todas as propriedades visitadas acordaram participar da pesquisa e foi agendado com cada agricultor dia e hora das próximas visitas.

A observação geral foi realizada nas oito propriedades escolhidas e favoreceu aos pesquisadores no levantamento do tipo de produção da área, o número e as tarefas dos agricultores em cada propriedade, ou seja, as informações gerais sobre o trabalho. A observação sistemática foi utilizada para obter informações diretamente dos trabalhadores envolvidos com o trabalho, com o intuito de levantar os dados atrelados aos elementos do processo de trabalho da plantação de verduras e frutas. Ao todo, foram dez observações globais e dez sistemáticas com duração de quatro horas cada visita, entre os meses de setembro de 2011 a janeiro de 2012, como forma de complementar e aprofundar a compreensão do processo de trabalho e os agravos à saúde. Todas as anotações observadas foram registradas no diário de campo e por meio de fotografia.

Entre dezembro de 2011 a abril de 2012, começou a pesquisa exploratória por meio da aplicação do questionário a todos os agricultores que aceitaram participar da pesquisa. Esse instrumento compreendia três partes: **caracterização do agricultor familiar e da unidade produtiva; organização do trabalho e aspectos de qualidade de vida do agricultor.** Esse instrumento visou compreender a percepção do trabalhador rural sobre sua saúde e qualidade de vida, bem como consequências do trabalho em sua saúde. Realizou-se a análise estatística descritiva utilizando medidas de tendência central (valor mínimo, valor máximo, média, mediana e desvio padrão); correlação de Pearson; matriz de Scatterplots, com nível de significância adotado de $p < 0,05$.

Resultados

O grupo de pesquisados tem idade média de 50 anos, sendo 24 casados, 3 solteiros e 2 viúvos. Quanto à escolaridade do grupo, 2 não sabem ler nem escrever, 16 possuem ensino fundamental incompleto, 2 ensino fundamental completo, 3 ensino médio incompleto, 4 ensino médio completo e 2 ensino superior incompleto. As famílias dos agricultores são pequenas, com média de 3 filhos por domicílio. A composição familiar constituiu-se, em média, de 5 a 8 moradores por domicílio e o tempo médio de agricultura é de 39 anos e na agricultura orgânica familiar é de 16 anos.

Verificou-se variação de renda mensal entre os agricultores pesquisados. Com base no valor de um salário mínimo (SM) e considerando a média de renda mensal entre os 29 trabalhadores pesquisados, constatou-se que 11 possuem uma renda mensal muito inferior à média, 5 recebem um valor superior à média, 1 tem uma renda mensal inferior à média, 2 recebem um valor ligeiramente

inferior à média, 4 ganham um valor mensal ligeiramente superior à média, 3 possuem uma renda mensal igual à média e 3 ganham um SM. A renda mensal inclui apenas ganho relativo ao trabalho na lavoura e sua venda.

Quanto às condições de moradia, pode-se considerar que todos vivem em boas condições: casas grandes e de alvenaria, simples e mobiliadas. Todos (29) contavam com abastecimento de energia elétrica por meio da rede geral e o abastecimento de água ocorria concomitantemente mediante poço (13), barragem (15), cisterna (14) e rede geral (02). Infelizmente, em 5 propriedades não existia coleta de lixo doméstico e este era queimado o que pode acarretar contaminação ambiental. Os agricultores entrevistados utilizam o fogão a gás juntamente com o fogão à lenha, cultivando a tradição. Todas as famílias pesquisadas têm equipamentos como geladeira, batedeira, liquidificador, televisão, celulares e rádio. A televisão é o veículo de informação e notícias externas mais usado entre os produtores.

Os proprietários dos sítios e seus familiares participam ativamente do processo produtivo, bem como da negociação das vendas das verduras e frutas. Conforme Gemma, Tereso e Abrahão (2010, p. 320) “cada um desses sistemas demanda, por parte dos gestores, o desenvolvimento de competências de natureza bastante diversa, incluindo muito conhecimento e precisão”. Toda a produção é vendida nas feiras agroecológicas de cidades circunvizinhas ou na propriedade rural. Quanto ao fluxo de venda dos produtos orgânicos, 18 vendem 1 vez por semana, 09 duas vezes por semana, 01 três vezes por semana e 01 a cada quinze dias. As idas às feiras ocorrem por meio de automóvel próprio (11), automóvel fretado (14) ou moto (04).

Constatou-se na análise dos elementos do processo de trabalho que os agricultores usam dois tipos de matéria-prima que são as sementes e as mudas das verduras ou frutas. Os instrumentos de trabalho e sua utilidade são: enxada - auxiliar o trabalhador na atividade de fazer canteiros; ciscador - tirar e/ou afastar cisco, folhas de todo o canteiro arrumando os restos de vegetais deixados após colher as verduras e frutas; carro de mão - carregar entulhos de vegetais, bem como verduras e frutas colhidas para a venda; tesoura - colheita da produção de hortaliças e frutas; faca - colheita da produção vegetal e frutífera; e baldes/sacos de plásticos - transporte da produção para venda.

Reforça-se que os sistemas de produção vegetal e frutífera orgânica são divididos em múltiplas fases ou subsistemas, tais como: preparar a terra para o plantio; levantar as laterais dos canteiros; fofar a terra; aguardar a terra; plantar as sementes ou mudas; tirar e plantar as mudas; colheita e transporte dos sacos de plásticos. Por sua vez, cada uma dessas etapas admite inúmeras tarefas que precisam ser organizadas ao longo do tempo e as mais cansativas mencionadas pelos agricultores são: capinar, roçar, arrancar mato, irrigar manualmente, fazer composto (adubação orgânica ou cobertura vegetal) e planejar a produção. Todas essas etapas do processo de trabalho são efetuadas com ferramentas consideradas como manuais e durante o dia.

Todas as etapas da produção são realizadas por todos os agricultores familiares, o que se percebe um trabalho coletivo. Elucida-se que todo trabalho na agricultura é caracterizado por variabilidade, exigindo dos trabalhadores rurais uma vigilância permanente para gerir os problemas que aparecem durante a lida no campo.

Existem dois tipos de variabilidades: as condições de produção e as humanas. Segundo Guerin, Laville, Danielou, Durafourg e Kerguelen (2001), pode-se diferenciar duas categorias de variabilidade de condições de produção dentro de um local de trabalho: a variabilidade normal inata de um tipo de trabalho efetuado que é previsível como, por exemplo, as variações sazonais, as periódicas, as diversidades de modelos de produtos ou tipo de serviços oferecidos, a variação de matérias primas ligada a fornecimentos diferentes. A outra é a variabilidade incidental, como o próprio nome diz, que não está determinada ou estabelecida. Uma parte das variabilidades, tanto normal quanto incidental, da produção é aleatória tais como variações imprevisíveis do material com o qual se trabalha, alterações no funcionamento de máquinas, variações no fornecimento de energia e até influências climáticas sobre o processo. Certos elementos dessa variabilidade são do conhecimento do agricultor, que espera uma frequência mais elevada de incidentes em certos momentos. Essas variabilidades são ditas como variabilidades técnicas e são responsáveis por mostrarem que não há no ambiente de trabalho situações de operação ditas normais. O aparecimento de alterações de funcionamento e incidentes está presente diariamente na vida laboral e, para atender aos objetivos da produção, é necessário que os trabalhadores empreguem atividades de regulação.

A atividade de regulação não deve ser entendida como uma simples função de regular a produção. Ela é uma atividade de gestão de variabilidades e implica na modificação de modos operatórios, isto é, a forma de utilização das máquinas, os instrumentos de trabalho, o tempo e espaço para a realização de cada operação, enfim, todos os gestos realizados em determinado tempo e espaço (Daniellou, Laville & Teiger,

Todas as etapas da produção são realizadas por todos os agricultores familiares, o que se percebe um trabalho coletivo. Elucida-se que todo trabalho na agricultura é caracterizado por variabilidade, exigindo dos trabalhadores rurais uma vigilância permanente para gerir os problemas que aparecem durante a lida no campo.

1989) e seu objetivo é manter as normas de segurança, qualidade de vida e quantidade de produção.

Portanto, durante a análise da atividade, pôde-se registrar o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) improvisados, tais como chapéu de palha e camisas de mangas curtas. Nesse contexto, o sujeito não somente evidencia buscar eficácia na ação, mas também tornar o trabalho realizável (Schwartz, 2000). No entanto, o agricultor possui consciência e conhecimento de como deve se proteger nesse tipo de atividade e é ele quem decide sobre a necessidade, adequação e ocasião de utilizar esse recurso, que se configura como uma microgestão no uso de si. Acionar esse recurso, não garante o cumprimento das recomendações preconizadas pelos órgãos competentes que divulgam os EPIs corretos para a atividade no campo.

Interessante destacar que a todo momento, constatou-se que o trabalho no campo é extremamente dinâmico, percebido como pleno de sentido, como afirma Dejours, Abdoucheli e Jayet (1997, p. 143). O trabalho não é apenas “um teatro aberto ao investimento subjetivo”, ele é também um espaço de construção do sentido, portanto, da conquista da identidade, continuidade e da historicidade do sujeito. A descrição do processo de trabalho revelou um conjunto de elementos, relacionados aos instrumentos de trabalho e atividades na produção de verduras e frutas que podem predispor os trabalhadores exposição às cargas de trabalho, tais como: carga ergonômica (exigência de posturas inadequadas, jornadas de trabalho prolongada, transporte manual de pesos e esforço físico); carga física (radiação não ionizante, umidade e temperaturas extremas), carga psicológica

(estresse) e carga mecânica (equipamento de proteção individual inadequado e ferramentas perfuro – cortantes) e cargas biológicas (animais peçonhentos).

Durante a pesquisa, os trabalhadores referiram ao aparecimento de alguns sintomas, como câimbras e fadigas nas pernas, que podem ser associados à postura inadequada na atividade, muito tempo em pé devido o prolongamento da jornada de trabalho. Silva, Nonato-Silva e Pinheiro (2005, p. 894) relacionam o aparecimento de câimbras à “exposição às radiações solares por longos períodos, sem observar pausas e as reposições calóricas e hídricas necessárias”. Outro sintoma bastante referido foram as dores na coluna vertebral, o que configura perfil patológico mais prevalente nesse tipo de atividade e os agricultores são mais suscetíveis a apresentá-los (Osborne, Blake, Fullen, Meredith, Phelan, McNamara et al., 2012). Esses sintomas podem ser relacionados com as posições que adotam para agilizar a atividade de trabalho, com o peso de alguns instrumentos e o transporte de peso, como o carro de mão cheio de ervas daninhas².

Além dessas cargas de trabalho, destacamos aquelas de caráter psíquico, que se materializam como uma maneira de gestão do tempo e configuram padrões de desgaste manifestos por meio de tensão nervosa (estresse), devido ao cuidado de cultivar com qualidade sem usar insumos químicos. A colheita precisa ser efetuada durante o dia porque na área cultivada não há energia elétrica. O que exige do agricultor familiar aceleração dos movimentos corporais para colher maiores quantidades possíveis de verduras ou frutas. Observa-se que os pesquisados estão suscetíveis a situações que incidem na sua saúde física e mental e a avaliação do estado de saúde está diretamente relacionada à qualidade de vida.

² Planta infestante que pode causar danos à plantação.

Os aspectos socioambientais e de saúde humana relacionados à Agricultura Orgânica Familiar (AOF) e às categorias do estudo de qualidade de vida da OMS são a base para se conhecer o que é qualidade de vida para os agricultores familiares orgânicos. Compreende-se que, de maneira geral, o campo é, hoje, qualificado a uma melhor qualidade de vida, notadamente pelos moradores urbanos. Essa realidade colabora para dar valor às tradições e à cultura do homem do campo. Essa valorização é, ao mesmo tempo, uma chance para o agricultor familiar fortalecer sua identidade e redescobrir sua própria genealogia, que foi sendo descaracterizada durante o processo de transição agrícola.

Sendo assim, a AOF traz à consciência o valor do papel do agricultor, que reflete na sua autoestima e na descoberta do seu lugar na sociedade. Muller (2001) corrobora essa visão quando disserta sobre a adoção da agricultura orgânica (AO) como propulsora da qualidade de vida que supera a racionalidade meramente produtivista da agricultura.

Quadro 1. Média dos escores da avaliação da qualidade de vida dos AOF segundo domínios do WHOOL – BREF

Domínios do	Nº	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
WHOOL – BREF					
Físico	29	5,50	16,50	10,16	±6,02
Psicológicos	29	37,26	7,66	17,83	±12,78
Relações Sociais	29	1,80	19,60	10,15	±9,21
Meio Ambiente	29	2,6	14,80	9,00	±6,82

A menor pontuação na qualidade de vida no domínio meio ambiente pode estar relacionada às características da renda da AOF, pois 28% da população pesquisada referiram ganhar inferior a 1 salário mínimo, o que pode comprometer a participação em cursos e eventos relacionados à (AO). A maior pontuação na qualidade de vida encontra-se com o domínio psicológico e acredita-se que se deve a 82% dos atores sociais terem pensamentos positivos em relação a sua vida pessoal e familiar, isto é, 41% dos entrevistados quando estão refletindo acerca de sua própria vida, o pensamento que lhes vem à mente é *esperança*, 31% remetem *prazer/satisfação*, 12% pensam nos *sonhos* e na *alegria* de viver, sendo apenas 13% pensam em *despesas*.

Como popularmente descrito, expressões de pensamento positivo estão relacionados na melhora da qualidade de vida, o que diminui os riscos de doenças, dor e angústias. As emoções boas que passam a existir no cérebro conduzem a sensações pelo corpo todo, combatendo o estresse, um fator de risco para o surgimento de outras doenças (Esperidião-Antonio, Colombo, Monteverde, Martins, Fernandes, Assis et al., 2008). Conforme Foley (2011) esses sentimentos positivos podem ser consequência de uma agricultura mais sustentável e economicamente mais viável, que produz alimentos saudáveis e que não agride o meio ambiente. Destaca-se que 75% dos agricultores afirmaram que caso iniciassem sua vida de trabalho escolheria como profissão

agricultor, o que contribui para que seja o domínio que expressa melhor qualidade de vida. Obviamente, sempre se pode afirmar que os indivíduos – da mesma forma que as sociedades – não legislam ideias das quais não possam antever minimamente as possibilidades de realização.

A educação é um elemento decisivo no horizonte profissional de qualquer homem na agricultura familiar. Em outra perspectiva, essa preferência não pode ser distinguida como a consequência do exercício do que Sen (2010) denomina de liberdades: ela se ampara basicamente na percepção real de que o grau educacional que possui não consente à grande maioria desses agricultores um horizonte minimamente promissor fora do meio rural. A diferença mínima entre os domínios físico e social sugere que de um lado 55% dos entrevistados avaliam sua qualidade de vida como *boa*, 58% apresentam *boa* disposição para o trabalho, 72% não fazem uso de medicamentos, 48% referiram ter acesso aos serviços de saúde da região, 58% afirmaram ter *boa* convivência com seus parentes e amigos, e 55% estão satisfeitos com suas relações pessoais (amigos, parentes, colegas).

Azevedo, Mota e Cunha (2006) consideram qualidade de vida boa ou excelente aquela que proporciona um mínimo de condições para que o homem nela inserido possa ampliar ao máximo suas competências e habilidades. Estas sendo: viver, sentir ou amar; trabalhar produzindo bens ou serviços, fazendo ciência ou artes, vivendo de forma consciente ou simplesmente existindo. Entende-se que a AOF proporciona espaços de socialização para o trabalhador, isto é, é o território em que sucedem trocas de conhecimentos, meditações acerca das suas condições de vida e a probabilidade de alteração dessas condições (Prado Júnior, 2011).

Pontua-se que a percepção que os pesquisados possuem de si é uma variável positiva. A percepção de si surge em um sistema “agricultor – o outro – campo” abarcando não somente os acontecimentos do momento, mas tudo o que aconteceu na vida do indivíduo. A Psicologia necessita compreender o ser humano frente ao ambiente. Avaliar como o homem analisa e entende o ambiente e, ao mesmo tempo, como ele está sendo influenciado por esse mesmo ambiente.

O campo deve ser mais divulgado nas mídias estimulando a tomada de posição da sociedade em relação ao seu ambiente rural e aos sujeitos que residem nesses locais. Reforça-se que nomeadamente depois da emergência dos movimentos sociais difundidos no Brasil, elevando a bandeira da Reforma Agrária, começa-se conhecer melhor o modo de *ser-viver-sentir* da população rural. Faz-se alusão que a perspectiva migratória analisa o meio rural unicamente do ponto de vista agrário, dominado pelo agronegócio, trabalho penoso e extensa produção material (Rua, 2006). Nessa perspectiva, tem-se a impressão que o campo é um local desprovido de relações sociais, atrasado, sem rentabilidade e proporcionando um falso ideário de que morar na cidade com todo o desenvolvimento é a solução para o progresso econômico, social e político tanto para os indivíduos como para a sociedade (Ratier, 2002).

Deve-se observar o meio rural como um lugar social de constituição das vivências, das lutas pela terra por meio dos Movimentos Sem Terra (MSTs), de invenção e mutações; isto é, um local de vida criativa, sugerindo desvelar o dia a dia do homem do campo que vai para além dos limites territoriais geográficos, revela-se em um teatro de um grande espetáculo que se deslumbra construções sociais, simbolismos e significados (Neves, 2007).

Azevedo, Mota e Cunha (2006) consideram qualidade de vida boa ou excelente aquela que proporciona um mínimo de condições para que o homem nela inserido possa ampliar ao máximo suas competências e habilidades.

Considerações Finais

Sabendo do número considerado da população rural brasileira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010), deve-se ter ciência que é um espaço em que os psicólogos poderão trabalhar. Precisa-se analisar o papel do desenvolvimento acadêmico na formação de atitudes, de modo que colabore para a constituição de profissionais envolvidos socialmente, além de auxiliar as práticas dos discentes nos diversos cenários existentes no país.

A trajetória dos agricultores familiares estudados e a incorporação de práticas agrícolas de base ecológica aqui apresentada reforçam o caráter que o campo pode ser revigorado, modificando-se em um ambiente melhor para viver, com sua cultura e sua natureza preservadas. Como resultados da pesquisa, destacam-se a identificação do perfil do agricultor orgânico familiar do espaço estudado, a organização e as estratégias utilizadas no trabalho. Constatou-se a presença significativa do trabalho coletivo, expressando-se nas situações fundamentais do processo de trabalho da plantação de verduras e frutas orgânicas. Durante o processo de plantação, averiguou-se que os agricultores se adaptam às variabilidades do tempo. Apresentaram uma regulação da hora do plantio. Todo o trabalho no campo é planejado mediante os horários que os trabalhadores instituíram como sendo o mais apropriado para executar as etapas da plantação. Essa verificação, ainda que pareça simples, só foi provável com a análise da atividade.

A AOF foi percebida como alternativa produtiva, como movimento social e como estratégia de desenvolvimento rural. Ressalta-se que os pesquisados têm uma percepção positiva acerca da qualidade de vida e que estão satisfeitos com a sua condição de vida.

Observou-se que esse sistema de produção colabora para o desenvolvimento rural na medida em que a sociedade/consumidores dá valor ao trabalho dos agricultores, consumindo seus produtos, estimulando-os a estabelecer contatos e a conhecer realidades externas. Destaca-se que há uma complexidade do trabalho realizado pelos pesquisados que se relaciona com a necessidade de associar várias dimensões, demandando dos mesmos o desenvolvimento e a conexão de múltiplos saberes a fim de instituir uma organização do trabalho dinâmica. O fato de estarem atualmente vinculados a um trabalho mais prazeroso e reconhecido socialmente, pode apontar um aspecto importante da relação qualidade de vida e AOF.

Entretanto, detectaram-se dificuldades definidas e problemas de baixa renda devido à pouca venda da produção entre outros fatores, os quais intervêm sobre a qualidade de vida do indivíduo, concluindo-se que avaliações são imprescindíveis para tornar mínimo esse problema.

Em relação às cargas de trabalho, a pesquisa mostrou que são muitas e suas consequências são diversas. Embora não se tenha encontrado trabalhadores com doenças estabelecidas, levantou-se um conjunto de sintomas que podem ser relacionados ao tipo de trabalho desenvolvido na agricultura. Chamam atenção as queixas de dores nas costas. Os movimentos realizados pelos trabalhadores para mexer com a terra quase sempre exigem muito da parte física. Como engendram modos operatórios para agilizar o trabalho, muitas vezes, não se dão conta de que estão prejudicando a saúde.

Muitas pesquisas ainda precisam ser feitas, de maneira especial acerca das questões relacionadas à saúde e conforto, assim como aquelas relacionadas com a comercialização

e certificação. Será necessário desenvolver políticas públicas que beneficiem a assistência e suporte técnico adequados. Somente a uniformidade desses vários esforços poderá contribuir para o desenvolvimento deste setor, não apenas no tocante a produtividade e qualidade, mas também de melhorias para o trabalho e a qualidade de vida dos agricultores orgânicos familiares.

É inegável que o investimento no capital humano, além de uma exigência, traz um extraordinário retorno em forma de qualidade e produtividade para o produtor e a sociedade. Possibilita-se assim, por meio

da Agricultura Orgânica Familiar, a prática de um método coordenado e democratizado de desenvolvimento sustentável baseado na qualidade de vida.

A motivação que ainda permanece e que não se exaure com a conclusão deste trabalho é a de colaborar, mediante um olhar sobre a qualidade de vida dos agricultores, com subsídios que possam ser adicionados ao corpo de conhecimentos da produção orgânica, na tentativa de que ela também carregue em si as bases para um “trabalho humano mais sustentável” na agricultura.

Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente da Faculdade São Francisco da Paraíba, Campina Grande – PB – Brasil.
E-mail: yldry.souzaramos@gmail.com

João Carlos Alchieri

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN – Brasil.
E-mail: jcalchieri@gmail.com

Endereço para envio de correspondência:

Rua: Newton Estilac Leal, 850 - Alto Branco - 59402-750. Campina Grande/PB

Recebido 15/04/2012, 1ª Reformulação 07/11/2013, Aprovado 04/09/2013.

Referências

- Albuquerque, F. J. B. de. (2002). Psicologia Social e Formas de Vida Rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 37-42. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722002000100005>
- Araujo, C. D. P. de. (2000). *Saúde, ambiente e território: distrito do Pântano do Sul, em Florianópolis - SC*. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Araujo, H. H. de. & Oliveira, I. T. de. (2010). *Regionalismo, Modernização e Crítica Social Na Literatura Brasileira*. São Paulo: Nankin Editorial.
- Azevedo, J. F; Mota, D. M; Cunha, C. J. (2006, jul./dez.). Associativismo e Políticas Públicas: Possibilidade de melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares de Nossa Senhora da Glória. *Revista da Fapese*, 2(2), 53-66.
- Brooks, T., Feldman, S. R., Fleischer, A. B. Jr., Quandt, S. A. Vallejos, Q. M., et al. (2009). Teledermatology Consultations Provide Specialty Care for Farmworkers in Rural Clinics. *The Journal of Rural Health*, 25(2), 198-202. doi: 10.1111/j.1748-0361.2009.00218.x.
- Daniellou, F., Laville, A., & Teiger, C. (1989). Ficção e Realidade no Trabalho Operário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 17(68), 7-13.
- Dejours, C., Abdouchelli, E., & Jayet, C. (1997). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Ehlers, J. J., & Graydon, P. S. (2011). Noise-induced hearing loss in agriculture: creating partnerships to overcome barriers and educate the community on prevention. *Noise Health* 13(51), 142-146. doi: 10.4103/1463-1741.77218.

Referências

- Esperidião-Antonio, V., Colombo, M. M., Monte Verde, D. T., Martins, G. M., Fernandes, J. J. Assis, M. B. et al. (2008). Neurobiologia das Emoções. *Rev. Psiq. Clínica*, 35(2), 55-65. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832008000200003>
- Fathallah, F. A. (2010). Musculoskeletal disorders in labor-intensive agriculture. *Appl Ergon.* 41(6), 738-743 doi: 10.1016/j.apergo.2010.03.003
- Fathallah, F. A., Miller, B. J., & Miles, J. A. (2008). Low back disorders in agriculture and the role of stooped work: scope, potential interventions, and research needs. *J Agric Saf Health*, 14(2), 221-245. Recuperado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/>
- Faleiros, V. P. (2010). *O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores*. São Paulo: Cortez.
- Fenton, G. D., Brasier, K. J., Henning, G. F., Radhakrishna, R. B., & Jayarao, B. M. (2010). Occupational health characteristics of women on dairy farms in pennsylvania. *J Agromedicine*, 15(1), 7-15. doi: 10.1080/10599240903389649.
- Foley, J. A. (2011). Can we feed the world & sustain the planet? *Sci Am.*, 305(5), 60-65. doi: 10.1038/scientificamerican1111-60
- Gemma, S. F. B. (2008). *Complexidade e Agricultura: organização e análise ergonômica do trabalho na agricultura orgânica*. Tese de Doutorado, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campina, SP.
- Gemma, S. F. B., Tereso, M. J. A., & Abrahão, R. F. (2010). Ergonomia e complexidade: o trabalho do gestor na agricultura orgânica na região de Campinas – SP. *Ciência Rural*, 40(2), 318-324. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-84782010005000005>
- Guerin, F., Laville, A., Danielou, F., Durafour, J., & Kerguelen, A. (2001). *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. São Paulo: Edgard Blucher.
- Guimarães, D. R. (2000). Desenvolvimento local e o agronegócio catarinense. *Agropecuária Catarinense*, 13(2), 25-40.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). *Censo Agropecuário*. Brasília, DF. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa nacional de amostras de domicílio*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2010). *PNAD 2008: Primeiras Análises o setor rural*. Brasília, DF.
- Laurell, A. C., & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.
- Muller, J. M. (2001). *Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições - o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima, SC*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Neves, E. D. (2007). O trabalho de professores em contexto rural: uma investigação. In *resumos de Comunicações Científicas, da 30ª Reunião Anual da Anped*, (p. 6). Caxambu, Minas Gerais: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.
- Nonnenmann, M. W., Anton, D., Gerr, F., Merlino, L., & Donham, K. (2008) Musculoskeletal symptoms of the neck and upper extremities among Iowa dairy farmers. *Am J Ind Med*, 51(6), 443-451. doi: 10.1002/ajim.20582.
- Osborne A., Blake C., Fullen B. M., Meredith D., Phelan J., McNamara J., et al. (2012). Prevalence of musculoskeletal disorders among farmers: A systematic review. *Am J Ind Med*, 55(2), 143-58. doi: 10.1002/ajim.21033
- Planeta Orgânico (2010). *Posição do Brasil no Mercado de Alimentos Orgânicos*. Recuperado de <http://www.planetaorganico.com.br>.
- Prado Junior, C. (2011). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras
- Ratier, H. E. (2002). Rural, ruralidad, nueva ruralidad y contraurbanización: Un estado de la cuestión. *Revista de Ciencias Humanas*. Florianópolis, 31(4), 09-29. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25175/22145>
- Riquinho, D. L. (2010). Doença e incapacidade: dimensões subjetivas e identidade social do trabalhador rural. *Saúde Sociedade*, 19(2), 320-332. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902010000200009>
- Rua, J. (2006). Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Revista de Geografia Agrária*, 1(1), 82-106. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781/6895>
- Schwartz, Y. (2000). *Lê paradigme ergologique ou um métier de philosophe*. Toulouse: Octares.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, J. M., Nonato-Silva, E., Faria, H. P., & Pinheiro, T. M. M. (2005). Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(4), 891-903. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000400013>
- Kinsella, A., McNamara, J., McNamara, A., Ruane D. J., & Whelan, S (2009). Disability on Irish farms-a real concern. *J. Agromedicine* 14(2), 157-163. doi: 10.1080/10599240902813078.
- Muller, J. M. (2001). *Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições - o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima, SC*. Dissertação de Mestrado, Programa de